



## Instituto diz que presos africanos não recebem assistência de seus países

Africanos que se encontram presos no Brasil não contam com qualquer assistência de embaixadas e consulados de seus países de origem. A acusação foi feita pelo presidente do Instituto Nelson Mandela, José Carlos Nascimento Silva Brasileiro, durante o Seminário sobre Presos Estrangeiros, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, na sede da OAB do Rio de Janeiro.

“Frequentemente vamos aos consulados de países africanos, fazemos contatos com embaixadas africanas, mas não conseguimos sensibilizar as autoridades sobre a necessidade de prestar assistência aos presos. Os africanos estão completamente abandonados nas prisões, sem contato com parentes e amigos. Nas prisões, ficam perdidos, sem saber o que fazer. Até mesmo para conseguir um sabonete, uma pasta de dentes, eles têm que pedir a ajuda de outros presos”, disse José Brasileiro.

Já em relação às embaixadas e consulados de países europeus e dos Estados Unidos, segundo Brasileiro, a situação é totalmente diferente. “Os presos europeus e americanos contam com total apoio das representações diplomáticas de seus países. As autoridades americanas, por exemplo, têm uma grande preocupação com o bem-estar dos seus cidadãos e acompanham os processos e a situação do encarceramento”, afirmou.

José Brasileiro é um ex-detento que ficou 16 anos preso. Ele fundou o Instituto Nelson Mandela há 23 anos, quando ainda cumpria pena na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Hoje, ele se dedica a trabalhar pela reinserção social de detentos e egressos do sistema carcerário. “Nosso instituto é o primeiro criado dentro de uma prisão no Brasil e o segundo no mundo. No próximo dia 18, aniversário de Nelson Mandela, nosso Instituto completa 23 anos de fundação”, conta.

O Seminário sobre Presos estrangeiros, feito por meio de parceria entre o CNJ e a OAB-RJ, teve o objetivo de discutir questões jurídicas e sociais que envolvem os cerca de 3 mil encarcerados de outras nacionalidades no país. São temas como prisão, defesa e processos de expulsão, além de questões que envolvem o contato com a família e com autoridades do país de origem. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ*

### Date Created

06/07/2012